



EDITORIAL

Institucionalidades Religiosas: Apropriação e vivência do Sagrado

Em 1912, ao publicar sua obra “As formas elementares da vida religiosa” Durkheim definia Igreja como “uma sociedade cujos membros estão unidos por representarem de uma mesma maneira o mundo sagrado e por traduzirem essa representação comum em práticas comuns” e acrescentava que não há vida religiosa sem igreja, pois “onde quer que observemos uma vida religiosa, ela tem por substrato um grupo definido” (DURKHEIM, E. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p.29). Orientados pela indicação de Durkheim podemos dizer que uma religião só existe quando seus membros unidos formam uma igreja, entendendo-se igreja como instituição. E para ele “a religião é um sistema solidário de crenças e de práticas relativas a coisas sagradas, isto é, separadas, proibidas, crenças e práticas que reúnem numa mesma comunidade moral, chamada igreja, todos aqueles a que a ela aderem” (Durkheim, E. 2003, p. 32).

Apesar das implicações ou dos possíveis riscos que corremos ao recortar um pequeno excerto do autor, sobretudo sabendo-se que suas afirmações foram feitas há mais de século, o que nos serve como referência é que Durkheim ao estabelecer uma relação direta entre religião e igreja, estava apontando para a religião como uma ação eminentemente coletiva, diferente de outras formas de organização nas quais a ação é, muitas vezes, apenas individual. Assim, de uma forma ou de outra, na maior parte das vezes quando nos referimos a um crente, seja ele pertencente ao cristianismo, ao judaísmo, ao islamismo, ao espiritismo, à umbanda, para citar apenas algumas, é comum identificá-lo com uma determinada instituição ou denominação religiosa, tradicionalmente designada de Igreja.

Mesmo que, na sua essência, muitas vezes as manifestações de religiosidade caminhem na contramão das institucionalidades (e da multiplicação e crescimento desregrado das instituições religiosas), elas não serão identificadas pela individualidade da crença de seus seguidores ou por suas características autônomas. Por isso, templos,

mesquitas, sinagogas, centros, terreiros, casas de oração, paróquias não são apenas locais que os crentes frequentam, eles representam uma forma de identidade dos que querem se distinguir por suas crenças, por seus rituais, por sua doutrina ou pelo modo como se apropriam e vivenciam o sagrado. E, retomando Durkheim, para que isso se realize é preciso conviver e compor a coletividade. E embora ele se abstenha de usar a palavra "Deus", cabe lembrar que nessa comunhão com os demais e na efervescência da coletividade, é preciso incentivar-se um encontro com Deus, nas suas múltiplas formas de ser denominado, ou com algo de sagrado que leve, no sentido religioso, à transcendência do espírito.

Um século após as afirmações de Durkheim, Faustino Teixeira e Renata Menezes na Introdução à obra “As Religiões no Brasil – Continuidades e Rupturas” (Petrópolis: Vozes, 2011) afirmam:

Percebe-se ainda que as religiões passam por um processo de ‘desinstitucionalização’. Esse processo, que não ocorre apenas no Brasil, pois é encontrável em grande parte do Ocidente, significa o “esvaziamento” de instituições religiosas tradicionais, mais formais como a Igreja Católica e as Igrejas protestantes históricas, paralelo ao crescimento de formas menos convencionais de religião, tais como grupos Nova Era, filosofias com conotação mística, tradições exotéricas etc. (TEIXEIRA, F. e MENEZES, R. 2011, p. 8)”.

Esses autores ainda observam que há uma adesão a formas de religiosidade sem filiação a uma igreja no sentido tradicional ou a uma doutrina comum. Todavia, também é notório que, se no passado não tão distante, as pessoas evitavam identificar-se com uma determinada forma de manifestação de religiosidade ou com uma “igreja”, nas últimas décadas, os senso oficiais ou pesquisas institucionais enfatizam o crescente número dos que se declaram seguidores de uma denominação religiosa. Além destes, há os que não vacilam em dizer que não possuem nenhuma crença (no sentido religioso) ou que não se filiam a qualquer denominação e, portanto, consideram-se “sem religião” ou “ateus”. Em consequência dessas mutações somos levados a considerar que, seja sob a forma de manifestação individual e espontânea, ou pela adesão a uma determinada organização comunitária, há uma percepção de que a sociedade contemporânea convive com múltiplas formas de apropriação, vivência e retorno ao sagrado, com índices crescentes de manifestação pública da crença pela adesão aos rituais e às práticas da religiosidade.

Amparados por estas ideias e pelo conjunto de textos que compõem este dossiê,

somos instados por diferentes autores a pensar a relação entre a religião, a religiosidade, a crença e as múltiplas formas de manifestação da fé, vinculadas, quer mais ou quer menos, a determinadas instituições religiosas. Um conjunto de olhares que contribuem para as reflexões do leitor e o instigam a pensar nas diferentes formas de se viver o sagrado ou nas múltiplas alternativas de se conviver com a sacralidade das relações religiosas. Um itinerário, um caminhar diverso, uma pluralidade de possibilidades. Cada autor, com seus conceitos e com suas teorias, explorando fontes e vasculhando bibliografias, apresentando teses ou propondo hipóteses, aponta as aberturas para a compreensão da relação entre institucionalidades religiosas e as diferentes formas de crer, bem como as necessidades de buscar os sentidos e os significados do fato religioso na sua inserção social. E é nessa inserção social que, sem compromisso com verdades pre-estabelecidas, cada texto, dentro de sua especificidade, analisa as vivências e indica possibilidades de se entender os papéis desempenhados pelas instituições religiosas e pela religiosidade individual numa sociedade historicamente determinada. Sem colocar em questão as diferentes identidades das denominações religiosas, em conjunto ou em particular este elenco de autores aponta para a importância da pluralidade (diversidade) e do respeito aos universos simbólicos de cada instituição e de cada fiel, consolidados na sua compreensão de pertença e da relação que estabelecem com sua comunidade real ou imaginada.

Pensando nessa relação, Sara Sánchez del Olmo no texto *GEOSSÍMBOLOS RELIGIOSOS, SACRALIZAÇÃO DO ESPAÇO E LUGARES DE IDENTIDADE NO MICHOACAN COLONIAL* analisa a transformação e a redifinição do espaço michoacano durante a época colonial a partir da ótica do religioso mostrando a importância das instituições hospitalares de índios neste processo. Para a autora, a expansão desta instituição em Michoacán (México) foi tal que o hospital se converteu numa referência visual perfeitamente identificável, com significado e identidade próprios, num marco dentro da nova organização do território. Essa presença, unida à vivência do sagrado dentro de seus muros, tornaram-no, por um lado, um autêntico geosímbolo religioso e por outro, transformaram-no também em local de extroversão e irradiação do culto, constituindo-se no eixo de um processo de sacralização do espaço michoacano. Quando os nativos se apropriaram da instituição, esta transformou-se de um lugar de referência e de pertencimento, em elemento essencial para a reformulação da

identidade.

Lourival Andrade Júnior em *A UMBANDA ENTRE A CODIFICAÇÃO E A PRÁTICA* nos leva a refletir sobre o processo de consolidação da Umbanda no Brasil e as diversas tentativas de codificar seu ritual e sua teogonia. Seu percurso fundamenta-se na análise de três obras escritas por intelectuais umbandistas: “Codificação da Lei de Umbanda: parte científica e parte prática” (1960) de Emanuel Zespo, “Curso Essencial de Umbanda” (2011) de Ademir Barbosa Junior (Dermes) e “Umbanda de Almas e Angola: ritos, magia e africanidade” (2011) de Giovani Martins. Nelas busca as aproximações e as divergências no campo umbandista e a impossibilidade de definir regras ritualísticas para todos os terreiros espalhados pelo país. Lourival analisa questões centrais da religião umbandista como origem, fundação, hino, leis, orixás, racialismo, organização dos terreiros, sessões mediúnicas, entidades espirituais, responsabilidades para com o ritual, comportamento moral e ético. Busca ainda nos autores que analisa verificar como eles trataram de formatar a Umbanda em leis e códigos a partir de suas experiências particulares e seus estudos teóricos.

Cleusa Maria Fuckner e Vera Irene Jurkevics em *PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES NO ESPIRITISMO BRASILEIRO* propõem uma reflexão sobre o Espiritismo como revelação da Doutrina dos Espíritos, entendendo suas práticas como Filosofia, Ciência e Religião, a partir da sua codificação, em meados do século XIX, na França. Cleusa e Vera também analisam os aspectos históricos que favoreceram sua inserção e sua consolidação na sociedade brasileira. Para as autoras, o estudo do espiritismo no Brasil implica analisar a expressão de religiosidade, como parte do sistema de vida de um grupo que envolve não somente a crença, mas também a questão de conduta, ou seja, um conjunto de práticas culturais e sociais, uma vez que está associado ao pensamento científico, ao filosófico, à mediunidade, à prática caritativa, além de vários tipos de assistência social e de instituições educacionais.

Por sua vez Omar Nasser Filho em *RELIGIOSIDADE ISLÂMICA: UNIDADE NA DIVERSIDADE* traz ao leitor aspectos identitários da religiosidade islâmica, revelando suas características mais significativas. Partindo de um relato sobre o surgimento e expansão do Islamismo no século VII da Era Cristã, o autor apresenta a íntima relação que existe na religião islâmica entre os elementos espirituais e materiais da existência, mostrando como se dá esse amálgama até os dias atuais. Para Omar, a

imagem que povoa os noticiários e contamina o imaginário da sociedade de que o islamismo é uma religião violenta ou apegada à práticas e conceitos que o ocidente cristão rejeita, não corresponde à realidade. Em suas reflexões, o autor afirma que, não há registro na história humana de religião que tenha se propagado e consolidado com base na defesa do assassinato e do morticínio de inocentes e que, graças à postura religiosa dos muçulmanos, o islamismo despertou o interesse das comunidades, as quais a ele aderiram graças à sua mensagem espiritualista e humanista.

Sergio Alberto Feldman em *ENCONTROS E DESENCONTROS: OS JUDEUS SOB A CRISTANDADE OCIDENTAL (DO SÉC. IV AO SÉC. VII)* nos instiga a pensar e a compreender a construção e aplicação da doutrina agostiniana de tolerância à minoria judaica, na Antiguidade Tardia. Para isso adentra aos meandros da legislação romana para demonstrar que esta tolerância se embasa numa mistura desta legislação com a percepção dos judeus na ótica da patrística. Sérgio ressalta que a síntese elaborada por Agostinho de Hipona e sancionada, na prática pelo papa Gregório Magno, permitiu a permanência dos judeus no ocidente medieval por cerca de meio milênio, sem perseguições e nem tentativas de conversão forçada, salvo no caso do reino visigótico de Toledo. Trabalhando com os códigos e a legislação e entrecruzando com a literatura religiosa, o autor nos revela a íntima conexão que existia entre a lei e o pensamento religioso vigente entre os membros do episcopado.

A Companhia de Jesus como ordem religiosa recebeu as atenções de Luiz Antônio Sabeh que em seu artigo *UMA NOVA ORDEM RELIGIOSA: O NASCIMENTO DA COMPANHIA DE JESUS EM TEMPO DE REFORMAS RELIGIOSAS* a considerou como uma das instituições mais atuantes e influentes do mundo ocidental durante a Época Moderna. Em que pesem as discordâncias registradas pela historiografia, Sabeh salienta que, entre os muitos aspectos de sua história, o seu nascimento como uma entidade de poder, ainda suscita polêmicas e discordâncias entre diversos historiadores. Motivado por essas discordâncias, o autor parte da análise de documentos relativos à criação e à aprovação da ordem religiosa, e de alguns documentos do universo religioso do período, para nos instigar a refletir sobre o conteúdo dessas explicações, com o objetivo de entender como o ambiente criado pelas reformas religiosas do Velho Continente influenciou o nascimento da ordem jesuítica e como ela, a partir das formas adotadas para o seu funcionamento também impactou o contexto social e religioso que

lhe deu origem.

Coube a Wilma de Lara Bueno com seu texto *O MONAQUISMO NO OCIDENTE: CONSIDERAÇÕES SOBRE HISTÓRIA* mostrar como o monaquismo procedente do oriente influenciou a sociedade ocidental e tornou-se um modelo de religiosidade e de organização da vida comunitária que serviu de orientação para os ideais religiosos da Igreja Católica, a partir do empenho de homens que lhes deram voz e se debruçaram sobre as estratégias de expansão do cristianismo. Segundo a autora, os monges lograram um lugar de destaque na sociedade europeia em tempo de institucionalização da Igreja Católica e, fundamentando-se no preceito *ore et labore* contribuíram, efetivamente, com as práticas cotidianas. Para além de fornecerem um modelo de organização fundamentado no trabalho e na oração, os monges foram os responsáveis pela preservação dos documentos, traduções de obras clássicas e constituição de bibliotecas, o que fez dos mosteiros centros de religiosidade, cultura, educação e produção da vida material. Wilma mostra ainda que a fundação dos primeiros mosteiros, a valorização modelo de vivência cenobítica e o reconhecimento de sua potencialidade centrada na máxima *ore et labore*, motivaram o papa São Gregório Magno a incentivar a expansão desse modelo de organização, contribuindo, desta forma, para o fortalecimento da religiosidade e da posição da Igreja Católica no mundo ocidental.

Finalmente cabe ressaltar que neste dossiê, buscamos nos livrar da cilada que representa tratar das institucionalidades religiosas e da religião de forma geral, o que, em tese, poderia levar a generalizações ou a instigar preferências. Por isso, deixamos explícita nossa intenção de não privilegiar esta ou aquela forma de organização ou de manifestação da religiosidade, bem como temos clareza de que não teríamos a mínima condição de tratar de todas as instituições religiosas. Uma certeza nos restou: com este dossiê, estamos apenas dando início a um campo de possibilidades. Outros dossiês, com outras denominações e organizações religiosas serão bem-vindos e bem aceitos pela Relegens Thréskeia.

Além disso, os organizadores deste dossiê, bem como os editores da revista Relegens Thréskeia não se responsabilizam pelas afirmações e pelas conclusões a que chegaram os diversos autores que aqui publicaram seus artigos. Cada qual valeu-se da documentação, da bibliografia e das concepções teóricas e dos procedimentos

metodológicos que, a seu ver, melhor correspondiam e mais adequadamente atendiam às necessidades de suas análises e ao seu proceder como pesquisadores das temáticas abordadas. A todos nosso muito obrigado por disporem de seu tempo e dos resultados de suas pesquisas para compor este dossiê.

Boa leitura.

Euclides Marchi
Wilma de Lara Bueno
pelo Conselho Editor

Na seção artigos temos quatro textos, sendo o primeiro de Silvia Piedade, Luiz Fabiano e Rubens Dias que discute “Espiritismo e produção científica no Brasil”; o segundo de Denis Pereira Martins “Boca do Inferno – Literatura X História: uma interpretação do processo de criação de Ana Miranda”; Davis Vides “Papel de La Religión em la sociedad del riesgo” e finalmente de Clélia Peretti, Alisson de Souza e Bruna Carolina “Religiosidade e protagonismo das juventudes universitárias”. (Nota do Editor Geral)